

REVISTA ZABELÊ

DISCENTES PPGANT - UFPI

Dossiê Racialidades

A produção de contra discursos

Org. Abimael Gonçalves Carneiro - Antonio Andreson de Oliveira Silva
Cristhyan Kaline Soares da Silva - Deanny Stacy Sousa Lemos
Lorrana Santos Lima



REVISTA ZABELÊ

DISCENTES PPGANT - UFPI

EXPEDIENTE
EXPEDIENTE
EXPEDIENTE

Revista Zabelê
Discentes PPGANT - UFPI
Programa de Pós-Graduação em
Antropologia da Universidade Federal do Piauí
Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, Bairro Ininga, Teresina, Piauí,
CEP 64049-550 - Tel.: (86) 3237-2152

Reitor

Prof. Dr. Gildásio Guedes Fernandes

Vice-Reitor

Prof. Dr. Viriato Campelo

Conselho Editorial

Abimael Gonçalves Carneiro
Antonio Andreson de Oliveira Silva
Cristhyan Kaline Soares da Silva
Edilson Pereira do Nascimento
Fernanda da Silva Rocha
Jardson Barrinha dos Santos
Jussarina Adriana da Silva Carvalho
Hélio Martins Linhares
Marcos Paulo Magalhães de Figueiredo
Tamires Eidelwein
Vida Marília Miranda Cruz

Editores Chefes

Danilo Barbosa Neves
Deanny Stacy Sousa Lemos
Lorrana Santos Lima

Organização

Abimael Gonçalves Carneiro
Antonio Andreson de Oliveira Silva
Cristhyan Kaline Soares da Silva
Deanny Stacy Sousa Lemos
Lorrana Santos Lima

Revisão

Os autores

Diagramação

Antonio Andreson de Oliveira Silva

Foto da Capa

JAMM, Graduada de Artes Visuais, grafiteira e artista urbana.



SUMÁRIO

ARTIGOS

Apresentação

Abimael Gonçalves Carneiro / Antonio Andreson de Oliveira Silva /
Deanny Stacy Sousa Lemos / Cristhyan Kaline Soares da Silva /
Lorrana Santos Lima 4

O racismo cotidiano e os mecanismos corpóreos da microviolência racial

Sofia Maria Carmo Nicolau 10

Identidade negra, discurso e autorreconhecimento: perspectivas de uma educação antirracista

Angélica Maria Vieira Cruz /
Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento 19

O NEGRO COMO SÍMBOLO DE LIBERTAÇÃO EM ÚRSULA: um olhar para Túlio e Preta Suzana como sujeitos de sua própria história

Cecília Sousa da Silva 31

POLÍCIA PARA QUEM PRECISA DE POLÍCIA: brasileiros diante da violência do Estado

Diego Mateus dos Santos / Elton Guilherme dos Santos Silva 49

Os pimenteiras no contexto da etno-história piauiense.

Carmecilia Ferreira dos Santos 61

A questão da subalternidade e a reivindicação de narrar o mundo.

Ian Rebouças de Andrade 77

TRADUÇÃO

Ananse e seus umbigados

Mauricio dos Santos / Liliana Gracia Hincapié
/ Thiago Azevedo Pinheiro Hoshino 88

ENTREVISTA

“IDENTIDADE, RESISTÊNCIA E EMPODERAMENTO NEGRO FEMININO”: trajetórias, artes e movimentos sociais de Carmen Kemoly

Antonio Andreson de Oliveira Silva 104

DOSSIÊ RACIALIDADES: A PRODUÇÃO DE CONTRADISCURSOS**Abimael Gonçalves Carneiro**¹*abimael.94.alves@gmail.com***Antonio Andreson de Oliveira Silva**²*antonyoandreson@gmail.com***Cristhyan Kaline Soares da Silva**³*cristhyankaline16@gmail.com***Deanny Stacy Sousa Lemos**⁴*deannystacy@gmail.com***Lorrana Santos Lima**⁵*lorrana.lima66@gmail.com*

Não é possível inferir com precisão em que momento pessoas brancas do continente europeu começaram a racializar as outras. Não apesar disso, estudantes de antropologia, ainda nos primeiros momentos da formação, são imersas e imersos no caloroso debate entre Las Casas e Sepúlveda no que se refere à classificação, exploração e dominação de corpos. Ainda que nessa apresentação, não haja o objetivo de esmiuçar a fala dos dois homens, é interessante notar a persistência da racialidade dos enunciados, bem como, a potência discursiva formadora de pessoas, corpos e identificações.

Diante disso, em seu terceiro número, a Revista Zabelê - Discentes PPGAnt/UFPI nos convida a refletir sobre uma multiplicidade de questões que atravessam a discussão sobre relações raciais. Temática essa, que é constituinte da base curricular dos cursos de antropologia e, em especial, dos estudos da antropologia brasileira. Essa última, englobando ensaios da realidade nacional, da formação histórica do país, também identificando uma posição aos sujeitos racializados negros, negras e indígenas. De cujos grupos racializados costumam ser formados para ocupar as periferias materiais e simbólicas no país.

1 Graduado em Ciências Sociais (Licenciatura) pela Universidade Federal do Piauí. Mestre em Antropologia pela mesma instituição. Desenvolve pesquisa na área da antropologia da educação, com ênfase em políticas públicas, relações étnico-raciais na educação e cultura afro-brasileira.

2 Graduado em Ciências Sociais (Licenciatura) pela Universidade Federal do Piauí. Mestrando em Antropologia pela mesma instituição. Desenvolve pesquisa relacionadas com diversidade cultural: religiosidade, gênero, sexualidade e raça-etnia na área das Ciências Sociais e Educação.

3 Graduada em Ciências Sociais (Bacharelado) pela Universidade Federal do Piauí. Mestranda em Antropologia pela mesma instituição. Desenvolve pesquisa com os indígenas Gamelas no Piauí e possui interesse pelas áreas de povos e comunidades tradicionais.

4 Graduada em Ciências Sociais (Bacharelado) pela Universidade Federal do Piauí. Mestre em Antropologia pela mesma instituição. Desenvolve pesquisa na área da etnologia indígenas e tem interesse pela área de povos e comunidades tradicionais, natureza-cultura e conflitos socioambientais.

5 Graduada em Ciências Sociais (Bacharelado) pela Universidade Federal do Piauí. Mestranda em Antropologia pela mesma instituição. Desenvolve pesquisa com agrupamentos políticos antirracistas em Teresina (PI) e possui interesse pelos processos de racialização e desracialização

Isso posto, os empreendimentos bibliográficos e teóricos que compõem o Dossiê **Racialidades: a produção de contradiscursos** podem ser categorizados como frente de formação discursiva e ontológica contra as impositivas classificações, estereótipos e estigmatizações que deixa(va)m sujeitos racializados negros, negras e indígenas à margem. O fazendo com o desvelamento de trajetória de sujeitos negros e indígenas, narrando a participação positiva e necessária desses e dessas na conformação de nossa nação, ou mesmo por intermédio da proposição de novas realidades possíveis para o Brasil e para a Antropologia Brasileira.

Contudo, antes de nos debruçarmos sobre os materiais, é mister escurecer alguns conceitos que o título do dossiê carrega. A começar por racialidades. Aqui são entendidas como partes (não produtos) de processos de racialização, usualmente relacionados aos segmentos aqui já destacados: negros e indígenas. Mas não se resumindo, tão-somente a esses, se estendendo por outros tantos agrupamentos.

Em verdade, as racialidades e os racismos (que são também plurais) encontram raízes nas raças. O sistema que é o racismo, de fato, se valeu de invenções geopolíticas de poder para fundamentar e legitimar ações de classificação, segmentação, exploração e dominação. Essas invenções são as raças. Não por acaso, para cada continente – ou para cada força e objeto geopolítico – se criou uma cor, sendo um importante referente do significante político racial. Inventou-se o branco, o negro, o amarelo, o vermelho e o marrom.

No contexto brasileiro, as cores referências eram o branco europeu, o vermelho indígena e o preto africano. O primeiro trazido para dar segmento ao projeto de embranquecimento da população brasileira, os outros dois, acostumados a trabalhar nas colônias, serviam para à subjugação dentro da sociedade de classes, ocupando o chão da fábrica e os bairros periféricos do país.

É usual que para quando se anuncia o termo raça (e correlatos) o que se aciona no imaginário social seja a figura negra, como se fosse a matéria da raça. Não por acaso, existem inúmeras pesquisas sobre racismo e racialização que concedem muito privilégio a esse agrupamento em particular, sua escravização e dificuldade de integração à sociedade. Dando muito espaço de tela à trajetória sôfrega desde o tráfico negreiro; ao processo de domesticação do racismo, quando se tornou visto como problema do âmbito privado; e também ao debate do racismo estrutural.

Além de ser escopo de pesquisas teóricas, essa associação automática também produziu a incorporação do racismo ao aparato corpóreo de sujeitos das populações negras brasileiras. No sentido de perpetrar o racismo (que é um dispositivo externo ao corpo) também no âmbito da autopercepção e autorreconhecimento raciais, em sujeitos negros. A ponto de se enxergarem, esses e essas, como aquilo que os classificam: feio, sujo, profano. Assumindo, pois, a posição que lhes é designada.

As populações indígenas, como já se sabe, não ficaram imunes ao processo de racialização oriundo do discurso europeu. Assim como a população negra, a realidade indígena nordestina é marcada pelo apagamento histórico e científico de sua existência no Nordeste. Até os anos 1990, a título de exemplo, observou-se esforço dos movimentos negros para mapear a existência de comunidades negras rurais e urbanas, no estado do Piauí. Ao passo em que esse esforço ainda se dá com as populações indígenas também piauienses, haja vista a conhecida interrogativa "no Piauí tem índio?".

Até aqui tratamos das racialidades e das categorias que lhe são intercambiáveis. Dentro desses processos, como o da racialização, pode-se identificar usos do discurso racial: com a prática discursiva que determina a cor como referente racial; o ato de segmentar sujeitos a fim de explorar e determinar quais corpos se podem matar e deixar morrer. Dentro disso, se faz importante destacar que nem toda classificação (ou seja, nem todo discurso) é racializante. Nem toda determinação é dotada de tal capacidade discursiva com efeitos de verdades, mecanismos de poder e regras do direito. Por exemplo, grupos indígenas classificam sujeitos brancos, nem por isso o último grupo foi condenado por àquele ao trabalho forçado em colônias ou a viver sob o risco de ter seu território expropriado em nome do agronegócio. Isso é um “privilégio” concedido a um só agrupamento.

E, no mesmo sentido que só a população branca manipula o poder de determinar posições aos "outros", os "eus" brancos não se reconhecem como agrupamento racializado. Pois é dele que parte a racialização. E mesmo que tenha também inventado a cor referência branca, acaba enxergando a si mesmo quase como um grupo “aracializado”, matéria do que se é universal. Cabendo aos outros o que se é particular, no caso, às demais cores: preto, amarelo, vermelho e marrom.

Assim, produzir contradiscursos significa fazer frente a esses processos de racialização engendrados pelo agrupamento de cujo discurso possui efeitos de verdade, mecanismos de poder e regras do direito, fazendo frente também às suas consequências. Dessa forma, os textos aqui reunidos contribuem para a continuidade da tradição investigativa no âmbito das ciências sociais, e áreas correlatas, provocando um processo de “contrarracialização” – que não nega a existência das raças sociais, mas que combate os efeitos da imposição das mesmas.

Os escritos vão desde revisões bibliográficas a trabalhos oriundos de pesquisas de campo. Em tempos que as manifestações de racismo contra as populações negras e ameríndias continuam operando de forma sistemática, se faz necessário colocar em pauta as consequências desse problema estrutural e provocar narrativas subversivas de enfrentamento, que deem visibilidade para o pensar alternativas. Assim, os autores e as autoras que ajudam a construir este número temático propõem análises que, de modo geral, são permeadas por (auto)críticas do racismo, uma vez que todos estamos inseridos no

sistema racial, devemos, pois, reconhecer a posição que ocupamos, nosso lugar de fala e agência. As produções textuais aqui presentes seguem eixos como educação, corpo, literatura, identidades negras e indígenas, letalidade policial, e outros. Listamos a seguir os artigos, ensaios, tradução e entrevista com breves comentários.

Em “O racismo cotidiano e os mecanismos corpóreos da microviolência racial”, a autora Sofia Maria Carmo Nicolau busca compreender como o corpo, aqui localizado como dispositivo, atua nas interações sociais, na dimensão microssocial, mediadas pelo racismo e pela raça, produzindo corpos racializados negros – alvos do racismo – e os corpos racistas. Sendo o corpo central às interações sociais. Pois além de incorporar e apreender signos do imaginário social, enquanto aparato que executa mecanismos e técnicas, ele também transita entre as manifestações micro e macrosociais do racismo. Esse último, por ser cotidiano, é regular e naturalizado, como um habitus, que estrutura as relações e corpos, e é estruturante de mesmas relações sociais e aparatos físicos.

No entrecruzamento de uma gama de teóricos do reconhecimento, nasce o empreendimento teórico que recebe o título “Identidade negra, discurso e autorreconhecimento: perspectivas de uma educação antirracista”. Nesse artigo também se percebe a discussão de um racismo operado no cotidiano, nesse caso, do cotidiano escolar – problematizado por meio de levantamento bibliográfico. Angélica Maria Vieira Cruz e Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento tratam identidade negra e autorreconhecimento negro como intercambiáveis, interessando-lhes o campo discursivo da escola como fomentador dessa relação dialógica, bem como espaço profícuo para disseminar discurso e educação antirracistas. Entendem, pois, que os processos de (auto)identificação e de autorreconhecimento racial podem ser ora facilitados ora dificultados por regimes discursivos. Dificultados pelo ocultamento operado por discursos colonizadores e facilitados por discursos antirracistas.

Um bom exemplo de construção de contradiscurso racial, o romance *Úrsula*, da escritora maranhense Maria Firmina dos Reis, é o foco da análise realizada por Cecília Sousa da Silva no artigo “O negro como símbolo de libertação em *Úrsula*: um olhar para Túlio e preta Suzana como sujeitos de sua própria história”. A autora discute sobre a representação do negro na literatura brasileira e indica que *Úrsula* inaugura uma fase em que o negro deixa de ser apenas objeto da/na literatura e passa a ser sujeito ativo, ganha voz. É uma leitura convidativa, que entre outras coisas, nos informa sobre a grandeza de uma escritora negra e sua obra que por muito tempo permaneceram invisibilizadas na história do país.

Bem como pode ser um projeto epistemológico e político deixar escritoras negras no esquecimento, os corpos negros e a violência a que estão sujeitados também podem ser relegados propositadamente a ignorância de concidadãos. Diego Mateus dos Santos e Elton Guilherme dos Santos Silva abordam o tema da violência e morte da população negra por

forças policiais. Em “Polícia para quem precisa de polícia: brasileiros diante da violência do Estado” os autores informam exemplos de casos noticiados nos últimos anos, no país, que representam um recorte do extermínio de corpos negros e periféricos. A discussão chama a atenção para a existência de uma apatia por parte da sociedade brasileira diante do problema e pontua a necessidade de reflexões sobre o racismo estrutural e os males por ele ocasionados, assim, racismo e letalidade policial, são indissociáveis.

Como a população negra, povos indígenas também sofrem com apagamento de seus corpos, símbolos e signos. Fazendo um diálogo entre história e antropologia, Carmecilia Ferreira dos Santos constrói uma narrativa que aborda os indígenas no Piauí. No ensaio “Os Pimenteiras no contexto da etno-história piauiense” a autora faz um resgate desse grupo indígena que viveu na região sul do estado. A partir de pesquisa de campo realizada no município de Caracol e do contato com uma família (Dias Marreca) de descendência indígena, Carmecilia discute sobre processos de afirmação da identidade indígena, emergência étnica, memória, e a resistência dos povos indígenas do Piauí, que continuam vivos, apesar do apagamento histórico a qual foram submetidos. O trabalho se configura num importante exercício de reflexão sobre a questão indígena e as novas configurações que surgem, por exemplo, com o desenvolvimento de estudos na região que buscam dar visibilidade e resgatar a história desses povos.

Fortemente baseado nos conceitos de subalternidade, de Spivak (2010), e de autoinscrição, de Mbembe (2001), Ian Rebouças de Andrade advoga a produção de uma epistemologia historiográfica aliada a uma etnografia compreensiva dos sujeitos em seu ensaio intitulado “A questão da subalternidade e a reivindicação de narrar o mundo”. Questionando as raízes colonizadoras dos discursos que classificam, sobretudo mulheres e a população negra, e pontuando as propostas dos autores quanto a produção (ou mesmo reparação) da realidade histórica que situa(va) sujeitos generificados mulheres e racializados/as negros/as à margem da história hegemônica.

A introdução do livro *Ombligados de Ananse: hilos ancestrales y modernos em el Pacífico colombiano*, do antropólogo Jaime Arocha Rodríguez, nessa edição, é traduzida por Liliana Gracia Hincapié, Mauricio dos Santos e Thiago de Azevedo Pinheiro Hoshino. Os/as autores/as nos brindam com essa instigante narrativa dos iniciados (umbigados) na irmandade Aranha, ao mesmo tempo deus e deusa. Bem como da prática de umbigar. Que entrelaça a história Ananse, deidade dos povos fanti-ashanti do golfo de Benín e de grupos afrodescendentes latino-americanos, com outros temas sobre as relações entre África e América. Haja vista que Ananse, em suas múltiplas manifestações, tornou-se razão de ódio por parte de colonizadores no sistema escravagista. Ao moldar sujeitos negros transgressores de sua imposta condição de escravizado.

Também contamos com uma entrevista realizada com Carmen Kemoly, mulher negra, periférica, nordestina (do Piranhão⁶) e das artes urbanas, como rapper, poeta,

⁶ Que está em constante trânsito entre os estados do Maranhão e do Piauí.

slammer, grafiteira e atuante no audiovisual. Nessa conversa, tratamos da sua trajetória enquanto sujeito compósito, das suas produções musicais e filmográficas. Enfim, tornamos a entrevista como espaço de valorização e disseminação da potência dessa negra mulher.

Desejamos a todas e todos uma boa leitura!